

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

VALTER MOURA DO CARMO

CAROLINE VARGAS BARBOSA

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Caroline Vargas Barbosa; Livio Augusto de Carvalho Santos; Valter Moura do Carmo – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-667-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero 3. Sexualidades. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

O VI Encontro Virtual do CONPEDI, ocorrido entre os dias 20 e 24 de junho de 2023 em formato 100% digital, foi realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Franca e a Faculdades Londrina, tendo apresentado como temática central “Direito e Políticas Públicas na era digital”. As discussões em torno da temática foram de muito relevo, nos painéis, nos Grupos de Trabalho de artigos e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo “GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO”. Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento os trabalhos foram apresentados de forma virtual e posteriormente foram realizados debates entre os apresentadores, os coordenadores e os demais participantes. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos, que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Os trabalhos aprovados e apresentados no supramencionado GT foram: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE DA TRANSFOBIA RACISTA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE OS DADOS DA ANTRA DO ANO DE 2022 de autoria de Thierry Willian De Moura Coelho; A EXTENSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO ÀS MULHERES TRANSEXUAIS NO BRASIL: ANALOGIA IN MALAM PARTEM OU GARANTIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE? de autoria de Beatriz Nascimento Costa Mourão Nogueira; A SEGREGAÇÃO NO ACESSO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE RAÇA E GÊNERO DA MULHER PRETA NA CIDADE DE BELÉM de autoria de Érica Pinheiro de Albuquerque Leal; A TRANSIÇÃO DO ALISTAMENTO MILITAR PARA TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL de autoria de Laura Samira Assis Jorge Martos e orientado por José Antonio de Faria Martos.

Os seguintes trabalhos: A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE DA META 5.2 DA AGENDA 2030 de autoria de Patrícia Lima Feitosa Leão; AS MULHERES RIBEIRINHAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ABORTO de autoria de Emilli Mailly Miranda de Aquino e orientado por Luanna Tomaz de Souza; AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS de autoria de Maria Inês Lopa Ruivo e orientado por Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; CASAMENTO INFANTIL E NORMAS

SOCIAIS: EM BUSCA UM NOVO QUADRO TEÓRICO PARA COMPREENDER O FENÔMENO de autoria de Rafaela Missaggia Vaccari; ENTREGUE AOS LOBOS: A QUESTÃO DO ASSÉDIO E OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS orientado por Caio Augusto Souza Lara; INTERSECCIONALIDADE E FEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA de autoria de Bruna Santana da Encarnação; MULHERES TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES NO EMPREENDEDORISMO de autoria de Larissa Moraes e Ananda Viana de Miranda, sendo orientadas por Roberta Pinheiro Piluso;

E por fim os trabalhos: REVISÃO DE LITERATURA DO ACESSO AO ABORTO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO de autoria de Ana Clara Feitosa Barros, sendo orientada por Luanna Tomaz de Souza; VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E MENINAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO DESCASO HISTÓRICO/ESTRUTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A ESSAS MINORIAS NO BRASIL de autoria de Maria Eduarda Machado de Andrade Santos e de Ana Caroline Santana Alves Sobreira, sendo orientadas por Grasielle Borges Vieira De Carvalho; A SUBJETIVIDADE NA NOVA IDENTIDADE ALGORITIMICA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE PLATAFORMA E ROTULAÇÃO RELACIONADAS ÀS MULHERES de autoria de Amanda Rodrigues Tonoli.

As apresentações dos trabalhos foram divididas em dois blocos, no primeiro foram abordados trabalhos envolvendo temáticas Trans e no segundo políticas públicas de gênero com foco nas mulheres. Após as apresentações e debates ficaram evidenciadas a diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados pelos (as) pesquisadores (as) que acrescentam para a ciência e a sociedade.

Agradecemos a todos (as) os (as) pesquisadores (as), colaboradores (as) e pessoas envolvidas nos debates e na organização do evento pela sua inestimável contribuição, bem como desejamos uma excelente leitura!

Profª Ma. Caroline Vargas Barbosa - UnB

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos – UNIMAR

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann¹
Maria Inês Lopa Ruivo

Resumo

INTRODUÇÃO:

O Brasil é considerado pela Organização Mundial da Saúde como o quinto país mais perigoso do mundo para ser mulher. O indicador deixa de ser apenas número quando se utiliza a ótica da realidade: a violência contra a mulher no Brasil tornou-se problema grave de saúde pública e direitos humanos que, por vezes, acarreta no assassinato motivado pelo gênero.

Analisando as formas de enfrentamento da violência contra a mulher, o presente trabalho propõe, a partir de pesquisas realizadas pelo Projeto de Extensão Painel de Inspeção sobre Femicídio na Baixada Fluminense, refletir especificamente sobre a situação da mulher no município de Duque de Caxias, a partir do mapeamento de equipamentos existentes naquele Município voltados para a proteção das mulheres.

PROBLEMA DE PESQUISA:

Em 2022, a Rede de Observatórios de Segurança promoveu levantamento, segundo o qual houve 2.423 casos de violência contra mulheres: a cada 4 horas, uma mulher teria sido vítima, então, de violência. O Instituto de Segurança Pública (ISP, 2021, p. 195), com base nos dados da Secretaria de Estado da Polícia Civil, indicou os números de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em 2020, sendo esses os indicadores de Duque de Caxias: i) Violência Física: 1.888; ii) Violência Sexual: 369; iii) Violência Psicológica: 1.584; iv) Violência Moral: 1.162; e, v) Violência Patrimonial: 268. No ano de 2017, o mesmo Município registrou 27 casos de feminicídio, além de 43 casos de tentativa.

Quando se analisa o perfil das vítimas, percebe-se que 65% das mulheres estão na faixa de 20 a 39 anos, com uma predominância de 54,1% de mulheres brancas que denunciaram - abrindo margem, portanto, para a subnotificação em casos de mulheres negras. No que se refere à escolaridade, a maior parte tinha apenas o ensino fundamental completo (22.936 mulheres) e a maior parte das vítimas exercem atividades ligadas ao emprego doméstico.

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

Ainda que certa a possibilidade de distorção dos dados, eis que é notória a subnotificação em delitos relacionados à violência doméstica, é certo que o quadro acima revela que a violência contra a mulher, especialmente no Município de Duque de Caxias, tem um perfil e, com isso, a formulação e execução das políticas públicas atendem ou deixam de atender aos anseios desta parte da população.

OBJETIVO:

O objetivo do trabalho é demonstrar, através de pesquisa documental e bibliográfica, o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica e feminicídio no Município de Duque de Caxias e quais são os mecanismos que o referido Município possui para o combate à violência de gênero.

MÉTODO:

O trabalho utiliza metodologia descritiva, a partir da consulta às fontes bibliográficas e matérias jornalísticas existentes, para a reflexão sobre o tema sugerido.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Quando analisadas as estruturas de Delegacias e órgãos do Judiciário para atender casos de violência contra a mulher no município de Duque de Caxias, a precariedade de alguns pontos chamou a atenção.

Em primeiro plano, a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) possuía instalações inadequadas para realizar atendimento especializado, na medida em que estava situada em espaço comercial, dentro de uma galeria de lojas - o que, apesar de alegado ser apenas instalação provisória, está ali há muitos anos uma vez que a construção do prédio definitivo possui pendências licitatórias.

Em outro ponto, muito embora a Baixada Fluminense tenha números alarmantes de violência de gênero e conte com 13 Municípios, possui apenas 2 Juizados Criminais voltados para a competência de processamento de tais crimes: um em Nova Iguaçu e outro em Duque de Caxias. Com isso, a maioria dos processos foram arquivados sem a realização de audiência e,

portanto, sem a necessária responsabilização do agressor, sendo certo que a tramitação processual facilita a impunidade.

Desta feita, a partir do exposto, demonstrada a necessária implementação de medidas e formulação de políticas públicas voltadas para a educação, segurança pública e justiça na Baixada Fluminense e, especialmente, em Duque de Caxias. Dentre elas, cite-se: i) campanhas de conscientização sobre violência contra a mulher; ii) apoio às vítimas a partir do amparo às vítimas e eventuais órfãos de mulheres assassinadas; iii) empoderamento econômico: a partir da criação de empregos voltados para mulheres, possibilitar a independência financeira de seus abusadores.

Palavras-chave: feminicídio, gênero, violência

Referências

BASTOS, Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti. CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório. Políticas públicas de combate e enfrentamento à violência de gênero na Baixada Fluminense. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 137-153, jul./out. 2019. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Secao-Jur-RJ_n.46.pdf#page=138 . Acesso em: 07 fev. 2023.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dossiê mulher 2018. Orlinda Claudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso, organizadoras – 13. Edição – Rio de Janeiro: RioSegurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018. Disponível em http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2018.pdf . Acesso em: 07 fev. 2023.

O DIA. Conheça a rede de proteção contra a violência da mulher em Caxias. 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2021/09/6226086-conheca-a-rede-de-protecao-contra-violencia-da-mulher-em-caxias.html> . Acesso em: 07 fev. 2023. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Não datado. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/jvdfm> . Acesso em: 07 fev. 2023. PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã. Diagnóstico sobre as DEAMS nas regiões Sudeste e Centro-Oeste Produto 3 – Sistematização do Panorama das DEAMS nas regiões Centro Oeste e Sudeste e Catálogo de Boas Práticas. 2013. Disponível em: <https://dsp.ace.mj.gov.br/bitstream/1/3636/1/08diagnostico-sobre-as-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher-nas-regioes-sudeste-e-centro-oeste-wania-pasinato.pdf>. Acesso em 01 mar. 2023.